

Planejamento e cidadania: a universidade e o desenvolvimento regional

Dante Ribeiro da Fonseca

O planejamento estatal, tal como praticado hoje, é de adoção recente. Como ideologia que surge com o capitalismo, o liberalismo opõe-se frontalmente, em tese evidentemente, à intervenção do Estado na economia e na vida dos cidadãos, exceto no âmbito restrito de suas finalidades. De fato, a utilização do planejamento centralizado como forma de atingir maior eficácia e eficiência econômica surge a partir de dois grandes eventos contemporâneos: a crise econômica mundial de 1929 e, paradoxalmente, a consolidação do estado soviético.

O primeiro fenômeno, ao estabelecer um impasse no sistema econômico capitalista, resultou na compreensão de que apenas o Estado reuniria as condições necessárias de reorganização da economia com o fito de superar a crise. Ao utilizar-se de políticas cujas metas eram bastante claras quanto aos objetivos econômicos e sociais a serem atingidos o Estado interferiu no mercado, afastando definitivamente a idéia da mão invisível. Não que o Estado já não intervisse na economia, a tão propalada mão invisível sempre foi mais um instrumento de retórica ideológica ao sabor das conveniências econômicas de países ou grupos. Destarte, à crença no fenômeno de um mercado capitalista auto-regulador não correspondeu a uma prática estatal inequívoca de não intervenção no mercado (local ou mundial), por parte dos países centrais.

A política das decisões econômicas no regime soviético demonstrou ao mundo o tremendo poder organizador do planejamento centralizado. Dessa forma surgiram os ministérios da economia e planejamento destinados a regular, estimular e estabelecer, explicitamente, metas econômicas mensuráveis. Desde a crise de 29, e mais intensamente a partir do final da segunda guerra mundial, os economistas passaram a ser os magos do mundo moderno, apenas a eles com suas fórmulas e palavreado hermético era dado o dom de interpretar os arcanos do mercado e a prescrever seus desígnios. De posse desse instrumental e com toda a autoridade da “ciência econômica” promove a eficiência do planejamento, ou:

“Com todo o poder nas mãos, ninguém fracassa; só que o êxito resulta mais custoso. Em alguns casos, trata-se dos mais desapiedados, frios executores de uma cirurgia sem anestesia contra o povo desorganizado.” (Matus, 1989, p. 14).

E acrescenta que tal planejamento trata de manter, com o artifício ou a ideologia tecnocrática, o povo desorganizado.

Nesse período de aproximadamente 60 anos muita coisa mudou e, embora tenha surgido a idéia de planejamento estratégico e de gestão pública democrática, no essencial parece que os planejadores tradicionais ganharam mais terreno, particularmente naqueles países mais instáveis política e economicamente. Recentemente o congresso nacional da Argentina deu amplos poderes ao ministro da economia para decidir em matéria econômica e, mesmo

nos Estados Unidos, o presidente do Banco Central daquele país tem sido autorizado a adotar mecanismos para uma rápida decisão, com relativa independência em relação ao legislativo e ao executivo. Será que os mordomos transformar-se-ão em reis? É a tecnocracia afirmando-se vitoriosa sobre a democracia em nome da eficiência em termos de política econômica? Finalmente, até quando medidas que tendem a subverter os processos de participação institucional e pública nos processos de tomadas de decisões poderão ser adotados, ou de outra forma, há um limite a esse tipo de gerenciamento? Parece que sim, e não apenas isso, há outras forma de planejar. Independentemente desse movimento mais geral que vimos aqui, um outro movimento simultâneo parece tomar forma e conteúdo.

As primeiras formas de planejamento estatal, surgidas nas democracias ocidentais, assim como nas ditaduras na Alemanha e na Itália, bem como aquelas de inspiração nazi-fascista instaladas no mundo não europeu, refletiam as características do capitalismo de seu tempo. O sistema capitalista, exceto algumas crises periódicas que, em maior ou menor grau, abalaram momentaneamente seus fundamentos, adquiriu uma certa estabilidade funcional que percorreu a maioria do século XX, apenas se vendo alterações significativas nos processos de produção no final daquele século. Destarte, consolidou-se determinado tipo de planejamento, baseado em uma forma de produzir e gerenciar cristalizada. Politicamente, tal forma e base de planejamento eram eficientes, independentemente da estrutura política sobre a qual encontrava sustentação.

No último quartel do século passado a dinâmica do sistema capitalista inicia a passar por importantes transformações. Essas mudanças foram determinadas pela emergência de atores nacionais na arena competitiva internacional, muitos deles participando já de um esforço quase secular de penetração significativa no mercado mundial (o Japão e os tigres asiáticos). A dinâmica interna da organização para a produção elaborada por esses novos competidores aliada a um mercado internacional que exige das empresas, assim como dos países, respostas cada vez mais rápidas aos problemas que se difundem em um ambiente mais amplo, forçou aos países e empresas a descartarem a possibilidade de manutenção de uma forma de planejar que estava cristalizada. Qual a relação entre aquilo que hoje é denominado globalização e o ato de planejar?

Ouvimos constantemente a afirmação de que o mercado de hoje está globalizado, logo, que vivemos em uma economia globalizada. Mas qual a consequência dessa afirmação para os planejadores? Parto, inicialmente, do princípio de que essa afirmação reflete mudanças quantitativas consolidadas muito recentemente, nas últimas duas ou três décadas, que se refletem nas próprias palavras frequentemente utilizadas quando a referência é ao ato de planejar. O que quer dizer um mundo globalizado? Esse mundo globalizado é reflexo de uma mudança na qualidade do sistema? As estruturas políticas estão a ele se adaptando? A palavra globalização tem um quê de incerto e atemporal, assim como outras, por exemplo modernidade. O telégrafo, a ferrovia e o navio à vapor foram os símbolos da modernidade e tornaram o mundo de seu tempo globalizado, da mesma forma o mundo de hoje com sua enorme rede de computadores, satélites e aviões à jato. O que mudou? Hoje como ontem notícias,

pessoas e mercadorias chegam e partem, com velocidade crescente. Nesse ponto houve uma mudança quantitativa e importante, que em si mesma porém não possui a capacidade de explicar as alterações nas formas de planejamento. São essas transformações, antes, explicadas pelo acirramento da competição no mercado internacional. O uso intensivo daquela parte do capital que denominamos fixo, ou seja, a produção baseada crescentemente na mecanização (ou robotização se preferirem), medidas amargas de demissão em massa, realocação e aprimoramento dos recursos humanos, mudança de padrão de emprego e de bem estar social, competição no mercado de trabalho são aspectos que cada país tem que encarar para superar os desafios dessa globalização.

Como se vê essas transformações atingem tanto a forma de produzir com a forma de gerenciar. Atingem também a forma de planejar? A resposta é sim. Hoje, de certo modo, o bom planejamento não significa mais a capacidade de atingir metas pré-determinadas, mas de estabelecer condições de responder às rápidas mudanças. De outra forma, a competição exige um esforço constante, do qual a palavra repetição está excluída, no sentido de aumentar a qualidade de produtos e serviços, sejam eles públicos ou privados. O planejamento e o gerenciamento tradicional foram criados no momento em que um “bom” produto, seja ele um determinado padrão de assistência médica ou uma marca de eletrodoméstico, poderia permanecer décadas no mercado sem alterações substantivas em sua qualidade. Dessa forma, o ato de planejar e gerenciar foi substantivamente alterado.

O avanço da ciência da informática, ao mesmo tempo em que reduziu a necessidade de pessoal para os serviços burocráticos aumentou a agilidade e eficiência no gerenciamento, facilitando o processo de descentralização na medida em que possibilitou maior integração entre os agentes planejadores e gerenciadores. A necessidade de uma resposta rápida a um mercado cada vez mais exposto a uma variedade de produtos em constante aperfeiçoamento e melhoria de qualidade obrigou as empresas a readequarem-se no sentido da não padronização de suas rotinas.

As empresas, mas também o próprio governo (com maior ou menor sucesso), foram obrigadas enxugar suas máquinas administrativas e a descentralizar seus organismos de decisão, não somente para reduzir custos com o gerenciamento, mas também para acelerar seus processos de decisão. Ocorre que, no caso do governo, a relação entre diminuição dos custos operacionais e diminuição dos gastos públicos não é a intenção propalada, conforme afirma Pimenta (1998, p. 7): *“A reforma do Estado não reduz significativamente o gasto público, ela melhora a qualidade e a eficiência do gasto já que a burocracia deixa de ser principal para se tornar acessória na produção de bens e serviços para a sociedade. A flexibilidade administrativa aliada ao controle de resultados deve transformar o Estado em uma organização mais ágil, com sua ação descentralizada.”*

Planejar não significa então ter por objetivo um produto materialmente determinado, seja ele o resultado de uma política social (ou econômica) ou um objeto de consumo, mas a satisfação do consumidor. Esse resultado somente pode ser obtido, dentro do quadro de dinamismo atual do mercado, em uma

estrutura descentralizada cuja ação esteja orientada pelos resultados e não pelas rotinas.

Quando se trata de governo a questão se torna mais complexa, não porque existem pressões políticas que interferem na atividade de governar (como pretende David Osborne), essas pressões existem também nas empresas. Empresas familiares frequentemente vêm-se às voltas com violentas lutas intestinas pelo controle de seus destinos, empresas não familiares também podem ver-se envolvidas em lutas entre grupos de acionistas. No caso do governo trata-se, ao nosso ver, de uma questão que, na falta de melhor conceito, poderíamos chamar de cultura política. Esse problema não pode ser resolvido com o simples crescimento pois:

“Não é por outra razão que podemos falar em crescimento populacional, mas dizemos desenvolvimento intelectual, cultural, político, social.” (Nicolau, 1999)

Quando o público é visto como propriedade de ninguém, em vez de propriedade comum, abre-se um amplo espaço de sua apropriação pelo privado. Em nosso país as formas tradicionais de evitar esse processo, quais sejam o estabelecimento de regras e orçamentos enrijecidos, têm sido condenadas ao fracasso. A ineficiência e a corrupção se completam com a ausência de uma real participação e fiscalização do cidadão. Nesse sentido, valem as pressões daqueles grupos com maior nível de centralidade política e econômica e, quanto mais acomodada em rotinas (legais ou espúrias) for a burocracia maior a possibilidade de perpetuar o fenômeno. Contudo, face às transformações ao nível mundial, anteriormente mencionadas, é necessário que se quebre essa tradição, o que exige maior participação popular nos atos de planejamento e gestão, vale dizer, um ato importante para a ampliação da cidadania. Aumento da participação significa então aumento da cidadania, maior controle sobre os bens públicos e aumento da demanda de qualidade. Como atingir essa meta? É difícil em um país onde, a par de uma crescente modernização da máquina administrativa do Governo Federal encontramos Estados e, principalmente, Municípios com formas de gerenciamento, ao nível político e administrativo, quase nos padrões vigentes no início do século passado. Acresce ainda que se:

“Na periferia a modernização é induzida. E seu principal indutor é o Estado, posto como agente de difusão de inovações em todos os países do chamado capitalismo tardio.” (Nicolau, 1999)

Mas o Estado Brasileiro não parece particularmente interessado em estender essa participação modernizando também sua estrutura jurídico-política. Devemos lembrar que, embora sejam importantes, ou condições necessárias, não são suficientes a formalidade das leis e da estrutura política, do mesmo modo os inúmeros programas de descentralização de recursos para as diversas áreas. Por algum lugar deve iniciar a mudança e, acreditamos que, aliadas às condições anteriores é necessária a indução de uma mudança de comportamento, de cultura política, para a qual a cidadania é meio e fim.

Mas o que é a cidadania? Palavra cuja utilização cresce é, de fato, na maior parte das vezes, confundida com aqueles atributos formais do cidadão, por exemplo votar e ser votado. Mas a cidadania não é tão redutível assim, consiste em um conjunto de direitos que se autocomplementam. Os direitos políticos, civis e sociais isoladamente dados não conformam a cidadania. O planejamento participativo não deve ter por objetivo transformar o trabalhador, o votante ou o consumidor, para fazer face ao mundo moderno, e sim deve intentar a construção do cidadão, que traz em si o conjunto desses atributos. É esse cidadão que transformará o Estado e a sociedade. Contudo, como transforma-lo? O cidadão brasileiro já possui direitos civis e políticos e, formalmente, direitos sociais, no entanto não goza plenamente de nenhum deles. Partimos do princípio que o usufruto dos direitos políticos e civis resultam de um acesso aos direitos sociais, particularmente aqueles relativos à saúde e educação.

Estabeleçamos, por hipótese, que haja concordância quanto ao fato de que o objetivo do planejamento estratégico seja a construção de uma forma mais sofisticada de cidadania para atender aos imperativos do mundo moderno. Esse será o objetivo superior do planejamento estratégico e poderá ser efetivado mediante vários projetos que visem propriamente a ação educativa no sentido estrito, mas também outras ações, como o cooperativismo por exemplo, de tal forma que desenvolva na comunidade um espírito de colaboração e participação. Sugerimos que o planejamento participativo deva ser dotado de uma capacidade dinâmica para dar respostas às rápidas transformações do mundo moderno, contudo, dinamismo não significa aqui o imediatismo ou a improvisação. Qualquer ação cujos objetivos devam ser alcançados no longo prazo deve prever correção de rumos, sem perder de vista seus objetivos finais. Se assim for, as alterações, resultantes do eficiente gerenciamento daquilo que foi planejado, serão sensíveis importando em credibilidade pública. Observem que, aqui, estamos nos referindo a interação entre o elemento técnico e o elemento político, cujo apoio é indispensável ao alcance de qualquer meta planejada. Tal processo supõe uma interação onde: quanto maior a eficiência técnica maior o apoio político e vice-versa. O apoio político aqui não pode ser entendido dentro de um estreito quadro da política institucional mas de uma maior participação cívica.

O planejamento estratégico e a gestão pública democrática são, em países de tradição política autoritária como o nosso, meio e fim como disse mas, se bem sucedido terá o condão de redirecionar o foco da ação do econômico para o social. Isso não significa abandonar as metas econômicas mas subordiná-las às metas sociais que, hoje, são meras peças de retórica política. O planejador tradicional tem como objetivo o crescimento econômico considerando o desenvolvimento social como consequência inevitável dele, mas a experiência histórica demonstra que não é assim. Devemos, no entanto, alertar aqui que além dessa diferença há uma outra, de fundo, segundo Nicolau (1999):

“Diferentemente da idéia de crescimento – que sugere principalmente aumento em quantidade -, a de desenvolvimento implica em mudança de qualidade e, também, o aumento dos graus de complexidade, integração e coordenação de um sistema. Crescimento exige material e energia. Desenvolvimento produz e se alimenta de interação, informação.”

Um outro problema a se considerar nesse tipo de planejamento é uma tendência a se desprezar os vários interesses sociais em jogo (a falta de interação nos termos de Nicolau), o que pode implicar em descompromisso cívico e, portanto, fracasso do projeto até o limite da crise institucional.

O objeto da política é o poder e existem várias formas, objetivos e, portanto, agentes envolvidos no jogo político que pretendem o exercício desse poder. Se o exercício do poder não expressa um certo consenso resultante da inevitável pluralidade social e, na medida em que alienam essa pluralidade dando como expressão de sua vontade, a representação política formal, os métodos de Governo do Estado, dos partidos e das forças sociais são ineficazes. Qualquer forma de governo será tão mais ineficaz quanto mais excludente em suas metas e métodos, reproduzindo as organizações políticas sua ineficácia no Governo. O poder entendido como objetivo máximo da ação política conduz ao imediatismo da cultura política e faz com que as atenções tornem-se para os problemas secundários, deixando de lado os problemas finais do sistema social. Colocando-o como prioridade, a micro-política (esfera dos problemas intermediários) ganha relevância em relação à macro-política (esfera dos problemas finais), tornando o exercício desse poder esclerosado e seus processos de modernização incompletos ou cosméticos apenas.

O planejamento estratégico é uma proposta que visa integrar às ações técnicas a ação política e, na atual conjuntura, tal proposta só pode visar, fundamentalmente, modernizar as técnicas de governo; transformar a cultura política; reforçar os sistemas de planejamento e encontrar um espaço de consenso sobre os projetos nacionais. Não é possível estabelecer aqui uma prioridade de ações na medida em que estão intrinsecamente vinculadas com o objetivo de modernizar os modernizadores, tirar o governo do primitivismo e elevá-lo ao governo de uma sociedade complexa. A síntese entre planejamento econômico e planejamento de ação do governo consiste no planejamento estratégico e situacional, necessário a libertar o planejamento de sua camisa de força e conduzindo-o, como instrumento de ação, a operar em uma intersecção entre a estrutura hierárquica e a estrutura conflitiva. Assim elaborado, o planejamento situacional revela sua superioridade quando assimila o viés normativo enriquecendo-o com processos criativos e qualitativos, baseando a eficácia de um plano de governo no tripé programa de governo, governabilidade do sistema e capacidade de governo.

Finalmente propomos que a Universidade Pública Brasileira é um agente indispensável para a tarefa de modernizar as estruturas políticas e administrativas, particularmente ao nível local. Dois pressupostos são fundamentais para essa qualificação da universidade. Primeiramente partimos do princípio que o intelectual é relativamente independente, ou pelo menos está mais exposto à crítica e a ação de novas idéias, isso faz parte da rotina de sua vida porque pertence ao mundo acadêmico. Em segundo lugar a tradição humanista que, apesar de todos os avanços tecnocráticos, ainda permanece na universidade. É evidente que tais qualidades de nada valerão se essa instituição se deixar abater pela crise ou isolar-se dos problemas práticos da sociedade.

Particularmente nos referindo ao caso de Rondônia, a experiência prática tem demonstrado o quanto pode ser útil a intervenção da universidade no sentido de apoiar a resolução de problemas nos vários setores da sociedade. Conta hoje a UNIR com uma fundação de apoio, a Fundação Rio Madeira (RIOMAR). Instituição de direito privado, essa fundação possui uma estrutura enxuta porém funcional de modo que gere com eficiência mensalmente um montante de recursos que é maior que o orçamento de muitos municípios do estado. A ação integrada da fundação com a universidade, sem a qual a primeira não existiria, permite libertar a segunda de vários engessamentos impostos pela legislação do setor público. Agindo em duas áreas básicas: saúde e educação a UNIR, com a interveniência da fundação têm desenvolvido projetos de largo alcance social, alguns de alcance em médio prazo. Citarei apenas quatro para dar idéia da variedade de ações desenvolvidas pela UNIR junto à sociedade rondoniense. Vários cursos de qualificação profissional, executados com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) em diversos municípios do estado, esses projetos têm se renovado durante alguns anos e continuam sendo executados; projeto de melhoria da qualidade docente na área rural de Porto Velho (Programa de Educação para a Amazônia – Ensinar a Ensinar) desenvolvido com recursos captados da empresa norte-americana RAYTHEON, esse projeto já está no seu terceiro ano de execução; o PRODEC (Programa de Desenvolvimento Comunitário) executado com recursos da Caixa Econômica Federal esse projeto construiu centros comunitários, implantou saneamento básico, postos policiais além de promover atividades educativas e de saúde preventiva em vários municípios de Rondônia; o PROHACAP Programa de Habilitação e Capacitação dos Docentes da Rede Pública do Estado, cuja dinâmica de formulação explicaremos mais detalhadamente, pois não somente esse projeto foi o maior, em todos os aspectos, implantado até hoje pela UNIR, como também serviu valiosa experiência para a ação futura dessa instituição.

A Lei que institui o FUNDEF, como fundo de apoio à implementação da mais recente Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, estabeleceu uma série de metas e prazos para o alcance de alguns objetivos educacionais ao nível nacional. De forma bastante pragmática esses recursos foram descentralizados, distribuindo-se entre estados e municípios. A UNIR, até o final do ano de 1998, havia implantado, mesmo que de forma precária, campi em municípios estrategicamente colocados no interior do estado (Vilhena, Ji-Paraná, Cacoal, Presidente Médici, Guajará Mirim, além de Porto Velho) que serviam de pólo de atração para estudantes dos cursos regulares de graduação dos municípios circunvizinhos e como catalisadores locais das ações de extensão da universidade.

Além das ações de extensão já citadas, até aquele momento a UNIR havia executado, em convênio com as prefeituras, uma série de cursos de graduação parcelados na área de magistério, direito e contabilidade. A legislação corrente exige do poder público uma ação imediata no sentido de qualificar esses professores, estabelecendo prazo a partir do qual nenhum professor da rede pública poderá lecionar sem possuir a habilitação de graduação, inclusive nas séries iniciais, de primeira a quarta série do primeiro grau. A tradição em negociar cursos com as prefeituras já existia e, inúmeros prefeitos acorreram à UNIR solicitando cursos para os professores leigos de seus municípios de forma a

satisfazer as exigências legais. Farei aqui um aparte, em Rondônia, face ao intenso crescimento demográfico resultante do movimento migratório das décadas de 1970 e 1980, havia falta de pessoal qualificado nas diversas áreas assim, no caso em tela, na área da educação. Os municípios, dada a absoluta carência de pessoal qualificado, que mesmo após sua criação em 1983 a universidade com seus cursos regulares não podia suprir, contratavam para dar aulas nas suas sedes e áreas rurais pessoas sem habilitação para o magistério, algumas mesmo sem o segundo grau completo. Segundo a lei, quando esgotado o prazo essas pessoas não poderiam exercer mais o magistério o que ocasionava três problemas básicos ao nosso ver. O primeiro é de ordem humana, essas pessoas, depois de servirem a educação durante vários anos seriam colocadas em funções administrativas ou seja, por força de lei não seriam mais professores ocasionando evidentemente uma grande frustração nesse grupo de trabalhadores além de um certo sentimento de desmerecimento injusto. O segundo de ordem operacional, as prefeituras não conseguiriam professores habilitados para dar conta da substituição, seja porquê a UNIR com seus cursos regulares na área de magistério ainda não supre de bastante pessoal a demanda do estado ou porquê os formados pela UNIR são absorvidos pelas cidades maiores e ali preferem ficar gozando de melhor estrutura urbana. O terceiro é de ordem qualitativa, mesmo desejando implantar turmas de qualificação dos professores leigos em seus municípios, são eles muito pequenos e com orçamentos reduzidos. A resultante seria habilitar esses professores em apenas uma graduação (em geral pedagogia era a opção preferencial), hipertrofiando aquela área do magistério. Na prática esses professores seriam lotados para ministrar aulas em outras áreas, para as quais não foram formados, cumprindo-se, assim, mecanicamente, a exigência legal de formação dos professores.

Em face dessa realidade a UNIR promoveu estudos e elaborou uma proposta de programa que foi enviada a todos os municípios. Não me deterei aqui nos problemas de ordem política que foram necessários superar, também nas pressões de setores da área do ensino superior particular. Ambos sempre traduzidos para o público como preocupação com a lisura do procedimento ao nível educacional e a inquietação quanto a legalidade da aplicação dos recursos do FUNDEF. A proposta da UNIR consistiu em sugerir a união dos municípios e do estado em um único programa. A vantagem da proposta era a possibilidade dos pequenos municípios variarem a formação de seus professores segundo as suas necessidades reais, maximizando qualitativamente os resultados dos recursos aplicados. Uma segunda vantagem é que tornou o processo de escolha impessoal entregando aos municípios e ao estado a responsabilidade de estabelecer entre si as cotas de vagas e locais dos cursos. É evidente que, havendo competição entre os prefeitos, maximizou-se também as vantagens oferecidas pelos mesmos para o estabelecimento dos cursos em suas sedes. Os cursos foram programados para serem ministrados de forma parcelada, em módulos, porquê nem o estado nem os municípios poderiam retirar esses professores de sala de aula durante o tempo de sua graduação, além do mais muitos desses professores exercem seu ofício nas áreas rurais ou em municípios distantes daqueles onde são ministradas as aulas, impossibilitando portanto seu deslocamento diário. O sistema de compromisso adotado, e previsto em contrato, induz ao acompanhamento das obrigações das partes envolvidas por todos na medida em que a falha de uma das partes pode

prejudicar o todo.

Finalmente, devo defender que a universidade está apta a inserir-se cada vez mais vigorosamente na sociedade local, participando ativamente na tentativa de resolução de seus problemas. Muitos dos nossos municípios estão se desenvolvendo de forma espantosa, contudo não contam ainda com quadro de pessoal técnico qualificado para impulsionar esse desenvolvimento. Não é papel da universidade dizer a esses municípios o que devem fazer, mas sua ação pontual em diversas áreas para a qual está a universidade apta a auxiliar na aceleração desse processo. No caso do PROHACAP recursos que estavam sendo perdidos foram maximizados de forma a atender não somente a lei, mas seu espírito (Montesquieu). Outros recursos disponíveis, principalmente para aquelas áreas afetas ao desenvolvimento da cidadania, estão sendo perdidos por absoluta carência de pessoal qualificado. É papel da universidade, e interesse do poder público, utilizar-se desses recursos para o benefício da população. O corpo de profissionais da universidade pode desenvolver e executar projetos inclusive na área de recursos financeiros e treinar pessoal, de forma simples e prática, de modo a auxiliar o poder público, particularmente o municipal, a adquirir autonomia gerencial e modernizar-se. A ação da universidade, mesmo que pontual, pois não vemos uma finalidade institucional de caráter político no sentido estrito é um poderoso agente alavancador do desenvolvimento do estado.

FONTES DE CONSULTA

- BRASIL. Desenvolvimento local integrado e sustentável. – Documento base e catálogo de experiências. Cadernos Comunidade Solidária. Brasília: IPEA, jun.-1989.
- DOWBOR, Ladislau. A intervenção dos governos locais no processo de desenvolvimento. São Paulo. Polis, no. 25, 1996.
- FARAH, Martha Ferreira. Parcerias, novos arranjos institucionais e políticas locais. In: Fundação Prefeito Faria Lima-CEPAM. O município no século XXI: cenários e perspectivas. São Paulo, 1999, p.p. 325-343.
- LUCAS, Luiz Paulo Velozo. Planejamento estratégico com participação. In: Fundação Prefeito Faria Lima-CEPAM. O município no século XXI: cenários e perspectivas. São Paulo, 1999, p.p. 59-63.
- MATUS, Carlos. Adeus senhor presidente: planejamento, antiplanejamento e governo. Recife. Editora Literis, 1989.
- MOISÉS, Hélivio Nicolau. Município-Rede: planejamento, desenvolvimento político e sustentabilidade. In: Fundação Prefeito Faria Lima-CEPAM. O município no século XXI: cenários e perspectivas. São Paulo, 1999, p.p. 305-324.
- OSBORNE, David. Reinventando o governo. Brasília, 1995.
- PIMENTA, Carlos César. A reforma gerencial do Estado Brasileiro no contexto das grandes tendências mundiais. Brasília. Ministério da Administração e Reforma do Estado, 1998.
- FUNDAÇÃO RIO MADEIRA. Relatório de Atividades do ano 2000. Porto Velho, 2000.

RESENHA BIOGRÁFICA

Dante Ribeiro da Fonseca.

Professor do Departamento de História da Fundação Universidade Federal de Rondônia.

Doutorando em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará.

ENDEREÇO: rua “1”, número 97, Residencial Icarai I, Conjunto 4 de Janeiro Porto Velho – Rondônia. CEP 78900-000

Telefones: (069) 222-1683, 9987-8658.

E-mail: dante@unir.br

PUBLICAÇÕES:

História Regional (Rondônia). Em parceria com o professor Marco Antônio Domingues Teixeira. Porto Velho/RO, ABG Gráfica e Editora. 1998.

Uma cidade à far west: tradição e modernidade na origem de Porto Velho. In: SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA ESPORTE E TURISMO. Porto Velho conta sua história. Porto Velho. ABG Gráfica, 1998. (pp. 13 a 54)

As Memórias Antropológicas do Dr. Ary Tupinambá Penna Pinheiro. In: Revista de Antropologia, UFPE, vol.7, ano III, 1998.

Região e História, um problema de conceito: o caso da colonização do Madeira durante o século XIX. In: UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA/Laboratório de Geografia Humana e Planejamento Ambiental/Centro do Imaginário Social. Presença: Revista de Educação, Cultura e Meio Ambiente. Porto Velho, ano V, no. 13, set./98.

A Madeira-Mamoré e o imperialismo na Amazônia. In: Anais do IV Congresso Brasileiro de História Econômica e 5ª. Conferência Internacional de História das Empresas. São Paulo. Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica (ABPHE), setembro/2001.

Florestas Nacionais, discursos e grupos de interesse: uma avaliação sócio-econômico-político-ambiental. Em parceria com os professores Antonio Cláudio Barbosa Rabello e Sérgio Luiz Medeiros Rivero. In: UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA, co-edição do Laboratório de Geografia Humana e Planejamento Ambiental e Laboratório de Biogeoquímica Ambiental. Revista Natureza Amazônia. Porto Velho, ano 1, no. 1, agosto/2001.